

ANÁLISE DAS INFLUÊNCIAS DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL SOBRE A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ROJAS, Carlos Eduardo¹; PINTO, Jefferson de Souza².

doi: <https://doi.org/10.17648/1678-0795.momentum-v19n19-327>

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar as influências do SPED sobre a área de Tecnologia da Informação (TI) das empresas, evidenciando-se os desafios e benefícios enfrentados. Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, exploratória e de natureza qualitativa, na qual foi aplicado um questionário para o levantamento dos dados da *survey*. A amostra de respondentes é composta de 28 profissionais que atuam na área de TI e que participaram de projetos para implantação do SPED. A partir da análise identifica-se que os profissionais enfrentaram dificuldades técnicas e culturais na implantação do projeto, dentre as quais, a adequação do *software* ERP e integração entre sistema e usuário. Contudo, estes profissionais da área de TI identificaram a redução significativa das referidas dificuldades no decorrer do tempo, o que decorre da adequação dos processos e adaptação dos usuários. Após as análises, conclui-se que o SPED influenciou a área de Tecnologia da Informação de forma positiva, pois ocorreu um aumento da importância da Tecnologia da Informação, com a maior necessidade de assegurar a disponibilidade e confiabilidade das informações. Complementarmente, pode-se destacar a padronização dos processos e uma melhor integração das informações da empresa.

Palavras-chave: Tecnologia da Informação. Sistemas de Informação. Sistema Público de Escrituração Digital. Fisco.

ABSTRACT

The work aims to analyze the influences of SPED on the Information Technology (IT) area of companies, highlighting the challenges and benefits faced. This research is characterized as descriptive, exploratory, and qualitative in nature, in which a questionnaire was applied to collect survey data. The sample of respondents is composed of 28 professionals who work in the IT field and who participated in projects to implement SPED. From the analysis, it is identified that the professionals faced technical and cultural difficulties in implementing the project, among which, the adequacy of the ERP software and integration between system and user. However, these IT professionals identified a significant reduction in these difficulties over time, which results from the adequacy of processes and adaptation of users. After the analysis, it is concluded that SPED influenced the Information Technology area in a positive way, as there was increase in the importance of Information Technology, with the greater need to ensure the availability and reliability of information. Complementarily, one can stand out the standardization of processes and a better integration of the company information.

Keywords: Information Technology (IT). Information Systems. Public Digital Bookkeeping System (SPED). Tax.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo (IFSP) – Campus Bragança Paulista

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia São Paulo (IFSP) – Campus Bragança Paulista; Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

INTRODUÇÃO

Com o avanço tecnológico da informatização, cada vez mais surgem novos recursos e serviços. Essa modernização exige adaptações nas empresas, pois passa a transferir para o universo digital aquilo que antes era restrito ao papel. Desta forma, os processos nas empresas estão sendo informatizados, e a relação das empresas com Tecnologia da Informação se altera, devido à necessidade da busca de ferramentas para se adequar e cumprir as exigências organizacionais da empresa. Laudon e Laudon (2015, p.13) definem “Tecnologia de Informação (TI), como todo o *hardware* e todo o *software* de que a empresa necessita para atingir seus objetivos organizacionais” (BERALDI; ESCRIVÃO FILHO, 2000).

Neste contexto é necessário, para um melhor entendimento desta modernização, definir Sistema de Informação (SI) como sendo o mecanismo computacional projetado com a finalidade de administrar o fluxo de informações geradas e distribuídas dentro de uma empresa (LAURINDO *et al.*, 2001; LUNARDI; DOLCI; MAÇADA, 2010).

E ainda, para Laudon e Laudon (2015, p.13), “um sistema de informação (SI) pode ser definido tecnicamente como um conjunto de componentes inter-relacionados que coletam (ou recuperam), processam, armazenam e distribuem informações [...]”.

Para corroborar, segundo Bouding (1956) *apud* Pinto *et al.* (2017), o conceito de Sistemas de Informação cria uma maneira de pensar, a qual ajuda a empresa a reconhecer a natureza de problemas complexos e, por isso, ajuda a operar dentro do ambiente percebido (BAZZOTTI; GARCIA, 2006; PEREIRA, 2016).

Desta forma, Sistema de Informação é um componente complexo dentro da área de Tecnologia de Informação e que se faz necessário para entender, no caso deste trabalho, especificamente as mudanças no relacionamento das empresas com o governo (RODRIGUES FILHO; LUDMER, 2005; BRASIL, 2007d; LUNARDI; DOLCI; MAÇADA, 2010).

A mudança na apresentação das informações para digital, que segundo Santos e Witt (2012, p.242) consistiu na substituição dos livros impressos por arquivos digitais, obrigou as empresas a se prepararem tecnologicamente, tornando a Tecnologia da Informação imprescindível na relação entre o contribuinte e a autoridade fazendária do país (FISCO), não só para geração e formatação das informações, mas também na entrega que necessita de comunicação com webservices do governo, ficando as empresas sujeitas a multas e penalizações caso não cumpram tais exigências (BRASIL, 2007d).

A este processo de informatização da fiscalização do governo chamou-se Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Ele possibilita à autoridade fazendária do país (FISCO), que é responsável por controlar e fiscalizar se as empresas estão cumprindo as exigências da lei

tributária (BRASIL, 2007a), aumentar de forma muito significativa o controle das informações prestadas pelas empresas. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) vem para tornar mais simples a interação entre as empresas e a autoridade fazendária do país (FISCO), fazendo com que os procedimentos ganhem mais praticidade e se tornem menos burocráticos (BRASIL, 2007b). No entanto, desde que foi instituído pelo Decreto 6.022, de 22 de janeiro de 2007, pela Receita Federal do Brasil (BRASIL, 2007c), as empresas precisaram incorporar um processo de adequação frente às novas normas e, assim, são muitas as dificuldades encontradas, especialmente na adaptação da área de Tecnologia da Informação no que se refere às novidades de rotinas, sistemas e suas concepções (NEVES JÚNIOR; OLIVEIRA; CARNEIRO, 2011).

Desde a criação do Sistema Público de Escrituração Digital, estamos vivenciando uma grande mudança na relação entre a autoridade fazendária do país (FISCO) e os contribuintes, com as informações disponíveis em tempo real para a fiscalização. Essa nova fase de transmissão digital de informações é caracterizada pela maior segurança, confiabilidade e rapidez no envio, devido às certificações digitais exigidas para os processos de informações ao governo. Em contrapartida, as empresas devem ficar atentas, pois quanto melhor a tecnologia disponibilizada para a confecção das escriturações enviadas à Receita Federal do Brasil, mais fácil, rápido e efetivo será para os órgãos fiscalizadores verificar os resultados e as práticas adotadas pelas entidades (SANTOS; WITT, 2011; SANTOS; OLIVEIRA; CAVALCANTE, 2018).

Neste contexto, o objetivo geral deste trabalho é analisar as influências do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na gestão da Tecnologia da Informação das empresas.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Sistemas de Informação

Bertalanffy (2008) afirma que sistemas são um conjunto de diversos elementos inter-relacionados, partes de um todo que buscam realizar atividades com a mesma finalidade. Ele também afirma que as propriedades dos sistemas não podem ser descritas significativamente em termos de seus elementos separados. A compreensão dos sistemas somente ocorre quando estudamos os sistemas globalmente, envolvendo todas as interdependências de suas partes.

Os sistemas de informação vieram para auxiliar as organizações em seus processos e vêm sendo rapidamente disseminados por trazerem cada vez mais velocidade e eficiência aos processos, “o objetivo de usar os sistemas de informação é a criação de um ambiente empresarial em que as informações sejam confiáveis e possam fluir na estrutura organizacional” (BATISTA, 2004, p. 39).

De acordo com Laudon e Laudon (2015, p. 7), um sistema de Informação é definido como:

Um conjunto de componentes inter-relacionados que coleta, processa, armazena e distribui informações destinadas a apoiar a tomada de decisões, a coordenação e o controle de uma organização. Além de dar suporte à tomada de decisões, à coordenação e ao controle, esses sistemas também auxiliam os gerentes e trabalhadores a analisar problemas, visualizar assuntos complexos e criar novos produtos.

Com os sistemas de informação auxiliando as empresas, a base de dados passou a ser única e compartilhada por toda a organização, assim o software passou a controlar todos os principais processos empresariais com uma única arquitetura em tempo real, tendo como objetivo principal integrar todos os departamentos e funções em um único sistema de informações que possa atender melhor a todas as necessidades da empresa (TURBAN; MACLEAN; WETHERBE, 2004).

Os sistemas de informação se tornaram essenciais dentro das empresas, Stewart (1998) diz que é difícil encontrar um único setor, empresa ou organização de qualquer espécie que não tenha passado a fazer uso intensivo dos sistemas de informação – que não tenha se tornado dependente do conhecimento, como fonte de atração para consumidores e clientes e como instrumento gerencial. E conforme citado anteriormente, sistemas de informação são um dos componentes da área de Tecnologia da Informação.

1.2 Tecnologia da Informação nas Empresas

Segundo Ferreira e Ramos (2005), a TI está inserida em praticamente todas as atividades empresariais, dando suporte para a melhoria na qualidade de serviços e produtos.

Encontram-se exemplos de uso da TI nos níveis operacionais, de conhecimento, gerencial e estratégico. A palavra TI surge da junção de dois termos – Tecnologia e Informação –, que englobam hardware, software, telecomunicações, automação, recursos multimídia, recursos de organização de dados, sistemas de informação, serviços, negócios, usuários e as relações complexas envolvidas na coleta, uso, análise e utilização da informação.

Graeml (1998) reforça que a TI pode ir além, influenciando internamente a cadeia de valor da empresa, criando vantagens competitivas, sendo que o benefício mais importante a ser destacado é a otimização dos processos, que culmina em agilidade, segurança e precisão nas informações. No que diz respeito a este trabalho, esses fatores são essenciais para melhorar a qualidade das informações geradas para a fiscalização.

1.3 Impacto da Tecnologia da Informação nas Organizações

Segundo Gonçalves (1993), a tecnologia é o fator individual de mudança de maior importância na transformação das empresas. Tais transformações não se restringem apenas ao modo de produzir bens e serviços, mas induzem novos processos e instrumentos que atingem por completo a estrutura e o comportamento das organizações, repercutindo diretamente em sua gestão.

A relação entre estrutura organizacional e tecnologia tem sido alvo de grande atenção, uma vez que as recentes inovações trazem mudanças radicais nas organizações, que são capazes de alterar a forma de administrar a empresa ou até mesmo o local de realização do trabalho (GONÇALVES, 1993).

Os impactos sobre a organização das empresas podem ser muito significativos, pois a TI é diferente de outras formas de tecnologia que afetam as tarefas de produção e coordenação, ou que expandem a memória organizacional (OLIVEIRA, 2007). O impacto da tecnologia pode provocar a transformação no trabalho das pessoas, na produção dos grupos, no desenho da própria organização e no desempenho da empresa (GONÇALVES, 1993).

Com as empresas inserindo as suas informações em uma base digital, o governo precisou modernizar a integração entre as empresas e o fisco, o que tornou os sistemas de informações eficazes, não somente para as empresas, mas também para governo e sociedade como um todo, de acordo com Cirino e Mota (2010). Neste sentido é que o governo deu início ao projeto chamado de Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, conforme Giroto (2008), cuja ideia é permitir uma maior integração do Fisco em todas as suas esferas.

Diante de toda essa transformação, tornou-se necessário este trabalho para levantar as influências do advento do SPED nas empresas. Este trabalho tem como objetivos descrever os processos para implantação do SPED nas empresas, analisar as ações adotadas na área de Tecnologia da Informação e identificar os desafios e benefícios da utilização do SPED.

1.4 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

Consiste na modernização da sistemática de cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital (BRASIL, 2007a).

A origem do termo SPED surgiu de Governo Eletrônico, que foi utilizado pela primeira vez em 1999 nos Estados Unidos, pelo vice-presidente Al Gore, que, na época, apontava a possibilidade de os órgãos governamentais se utilizarem de tecnologia da informação e

comunicação para apoiar e melhorar os serviços públicos à sociedade. De acordo com este fato, pode-se entender que o Governo Eletrônico foi criado para integrar Governo, empresas e cidadãos por meio da tecnologia da informação e comunicação (CHEN *et al.*, 2006).

Em 2001, o Chile lançou sua estratégia de Governo Eletrônico. Os esforços em torno da implantação deste novo sistema no país têm sido reconhecidos nacionalmente e internacionalmente. Há uma série de estudos internacionais que colocam o Chile nos primeiros lugares em relação ao desenvolvimento do Governo Eletrônico em todo o mundo (SEPÚLVEDA; VÁSQUEZ; GUTIÉRRES, 2006, p. 17).

No Brasil, observa-se que o Governo está empenhado em melhorar seus serviços fornecendo por meio da tecnologia da informação e comunicação novos sistemas de relacionamento com o contribuinte (FERRER; SANTOS, 2004).

Portanto, SPED consiste na modernização da sistemática de cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital (BRASIL, 2007a).

A criação do SPED ocorreu a partir de uma série de premissas e, visando a diminuir o chamado “custo Brasil”, trouxe vários benefícios para as empresas e o governo. Também vale salientar que o SPED é dividido em módulos, contemplando as áreas de tributos estaduais e federais, obrigações sociais e contábeis.

1.4.1 Premissas do Sistema Público de Escrituração Digital

Segundo Brasil (2007e), desde sua criação, o SPED segue as seguintes premissas relacionadas:

- a) Propiciar melhor ambiente de negócios para as empresas no País;
- b) Eliminar a concorrência desleal com o aumento da competitividade entre as empresas;
- c) O documento oficial é o documento eletrônico com validade jurídica para todos os fins;
- d) Utilizar a Certificação Digital padrão ICP Brasil;
- e) Promover o compartilhamento de informações;
- f) Criar na legislação comercial e fiscal a figura jurídica da Escrituração Digital e da Nota Fiscal Eletrônica;
- g) Manutenção da responsabilidade legal pela guarda dos arquivos eletrônicos da Escrituração Digital pelo contribuinte;

- h) Redução de custos para o contribuinte;
- i) Disponibilizar aplicativos para emissão e transmissão da Escrituração Digital e da NF-e para uso opcional pelo contribuinte.

A partir da análise das premissas descritas pelo SPED, pode-se evidenciar que os objetivos alcançados com sua implantação são:

- a) Melhorar o ambiente de negócios no Brasil;
- b) Aumentar a competitividade entre empresas para diminuir a concorrência desleal;
- c) Tornar o documento eletrônico oficial e válido em todo território nacional;
- d) Tornar a Certificação Digital ICP Brasil padrão;
- e) Promover o compartilhamento de informações;
- f) Estabelecer a figura jurídica da Escrituração Digital e da Nota Fiscal Eletrônica nas legislações comerciais e fiscais;
- g) Responsabilizar o contribuinte pela manutenção de arquivos eletrônicos da Escrituração Digital;
- h) Reduzir os custos para o contribuinte.

1.4.2 Benefícios do Sistema Público de Escrituração Digital

De acordo com Brasil (2007b), os benefícios para as empresas e governo são:

- a) Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
- b) Eliminação do papel;
- c) Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
- d) Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;
- e) Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
- f) Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária;
- g) Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;
- h) Rapidez no acesso às informações;
- i) Aumento da produtividade do auditor por meio da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;

- j) Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
- k) Redução de custos administrativos;
- l) Melhoria da qualidade da informação;
- m) Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
- n) Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
- o) Redução do “Custo Brasil”;
- p) Aperfeiçoamento do combate à sonegação;
- q) Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel.

A partir dos benefícios apresentados pela escrituração digital, Silva Filho (2015) afirma que estes podem ser classificados em quatro tipos, os quais são:

- a) Relação aos contribuintes: os principais benefícios proporcionados pelo SPED se referem à redução de custos com a emissão e armazenamento de documentos em papel, uma vez que estarão disponíveis em formato digital. Quanto à redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias, deve-se ao menor custo de conformidade tributária e redução do tempo de escrituração dos documentos fiscais e de erros de digitação;
- b) Relação às autoridades tributárias: a uniformidade das informações fornecidas para as diversas unidades federadas trará maior agilidade ao processo de fiscalização, permitindo o cruzamento dos dados fornecidos pelos contribuintes, tornando mais eficiente o combate à sonegação fiscal;
- c) Perspectiva dos profissionais: o SPED propicia maior consistência e confiabilidade na emissão/ escrituração de documentos fiscais a partir da importação dos arquivos digitais, além de permitir redução no tempo de escrituração, exigindo desses profissionais maior atenção apenas na auditoria de tais arquivos. O SPED também oferece novas oportunidades de emprego e negócios;
- d) Benefícios proporcionados à sociedade: a adoção do formato digital implica menor consumo de papel, refletindo positivamente sobre o meio ambiente e, com o aumento da arrecadação decorrente da diminuição da sonegação fiscal, é esperada maior quantidade de recursos disponíveis para a aplicação em políticas públicas, atendendo aos anseios da sociedade.

Assim, o SPED criou uma padronização das informações enviadas ao Fisco, com isso as chances de falhas e erros são minimizadas, pois processos manuais foram substituídos por processos digitais onde há melhorias na qualidade das informações.

1.4.3 Módulos que Compõem o Sistema Público de Escrituração Digital

Brasil (2007f) dispõe sobre os módulos que compõem o universo de atuação do SPED, sendo um total de 12 módulos, sendo 5 de documentos fiscais e 7 de escrituração, os quais são:

- a) Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e);
- b) Escrituração Contábil Digital (ECD);
- c) Escrituração Contábil Fiscal (ECF);
- d) Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI (EFD ICMS IPI);
- e) Escrituração Fiscal Digital Contribuições (EFD Contribuições);
- f) Escrituração Fiscal Digital Reinf (EFD-Reinf);
- g) Escrituração Financeira (e-Financeira);
- h) Escrituração Social (eSocial);
- i) Nota Fiscal Eletrônica (NF-e);
- j) Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e);
- k) Manifestação Documentos Fiscais Eletrônicos (MDF-e);
- l) Nota Fiscal Consumidor Eletrônica (NFC-e).

Esses módulos possuem em sua essência a automatização dos controles e processos, geração de dados e cruzamento das informações. Logo, se as empresas conseguirem automatizar tais processos, ao atender o que foi designado pelos órgãos competentes para cada item, terão mais eficiência, menos retrabalho e menor custo. Assim, além da visão de custo operacional, é necessário investir em soluções fiscais flexíveis que facilitem o dia a dia, tragam dados mais confiáveis e sejam compatíveis com as demandas do negócio.

2 MÉTODO DE PESQUISA

A fim de atingir o objetivo proposto para o trabalho são utilizados os métodos que se caracterizam como descritivo e exploratório, que conforme Beuren (2003, p.80) proporcionam conhecer com maior profundidade o assunto, tornando-o mais claro e proporcionando criar questões importantes para o desenvolvimento do estudo. A pesquisa descritiva corrobora com o trabalho, pois produz informações sobre as variáveis que compõem os fatos e situações que

são o objeto deste estudo. A pesquisa exploratória também será utilizada, pois define o cenário no ambiente organizacional das empresas no qual se desenvolve.

Para fundamentação do trabalho é utilizado o método de pesquisa bibliográfica, que segundo Marconi e Lakatos (2003, p. 158), é um levantamento sobre trabalhos realizados, fornecendo dados relevantes relacionados ao tema, oferecendo meios para definir e explorar o problema. Esta fundamentação teórica é responsável dentro deste trabalho por obter as informações sobre os conceitos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), como também conceitos aplicados na área de Tecnologia da Informação.

No que se refere à abordagem do problema, esta pesquisa é qualitativa. Segundo Richardson (1999, p. 80), “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vivos [...]”. Corroborando com a concepção do autor, o trabalho visa a compreender as influências do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) sobre a gestão da Tecnologia da Informação (TI), a partir da percepção de profissionais que atuam na área.

O levantamento dos dados ocorre por meio da aplicação de questionário com perguntas de múltipla escolha, sendo que o instrumento será disponibilizado aos respondentes por meio eletrônico. A amostra de respondentes com profissionais da área de Tecnologia da Informação pertence a empresas localizadas no interior do estado de São Paulo, sendo composta por 28 profissionais.

Posteriormente, os dados obtidos na coleta de dado são analisados com estatísticas descritivas.

3 ANÁLISES E RESULTADOS

Foi realizada a pesquisa com profissionais da área de Tecnologia da Informação de empresas localizadas nas cidades de Amparo, Atibaia, Bragança Paulista, Boituva, Cruzeiro e Mogi das Cruzes, todas localizadas no estado de São Paulo. A pesquisa aplicada através de questionário foi dividida em 3 etapas: a 1ª etapa com questões sobre o âmbito empresarial, a 2ª etapa com questões sobre o SPED e a 3ª etapa com ênfase nas influências do SPED na área de Tecnologia da Informação, onde foi possível definir e analisar os resultados.

3.1 Dados empresariais

Os 28 profissionais que participaram desta pesquisa atuam na área de Tecnologia da Informação de empresas e passaram pelo processo de implantação do SPED. Foram evidenciados o porte e a atividade das empresas e, em relação aos respondentes, foram evidenciados a área de atuação, cargo que atuam na empresa e tempo de experiência:

O quesito porte da empresa, segundo critério do BNDES, é definido por dados financeiros, como a receita bruta, ou dados referentes à capacidade produtiva, número de funcionários. Para fins do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), o faturamento anual é o indicador mais utilizado para definir o porte da empresa. Na Tabela 1 pode-se verificar a classificação das empresas que participaram desta pesquisa.

Tabela 1 - Porte da empresa

Porte da Empresa	Quantidade de Empresas	%
Micro e Pequenas Empresas	12	42,9%
Média Empresa	8	28,6%
Grande Empresa	8	28,6%
Total	28	100%

Fonte: Os autores.

O ramo de atividade é o que define a área em que a empresa atua. De acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas, as empresas podem ser classificadas em: empresas industriais, que são empresas que transformam uma matéria-prima em uma mercadoria, empresas comerciais, que atendem diretamente ao consumidor final revendendo mercadorias, e as empresas de serviços, que prestam algum tipo de serviço. As empresas estatais são classificadas como empresas públicas, nas quais o governo detém parte ou todo o capital social. Na Tabela 2 pode-se verificar a atividade econômica das empresas que participaram desta pesquisa.

Tabela 2 – Atividade da empresa

Atividade da Empresa	Quantidade de Empresas	%
Serviços	12	42,9%
Indústria	10	35,7%
Comércio	4	14,3%
Governo	2	7,1%
Total	28	100%

Fonte: Os autores.

Em relação ao perfil dos profissionais que responderam a esta pesquisa, as respostas relativas ao cargo que exercem na área de Tecnologia da Informação foram variadas, mas se destacam os seguintes cargos: Gerência de TI, Coordenador de Tecnologia, Supervisor, Consultor de TI, Gestor de TI, Analista de Sistema Júnior, Líder de Projeto e Auxiliar de TI.

Sobre o tempo de experiência dos profissionais, a Tabela 3 apresenta o tempo de experiência dos entrevistados.

Tabela 3 – Tempo de experiência		
Tempo de Experiência	Quantidade de Empresas	%
3 a 10 anos	14	49,9%
11 a 20 anos	4	14,5%
Mais de 20 anos	10	35,6%
Total	28	100%

Fonte: Os autores.

Pode-se observar na Tabela 3 o tempo de trabalho dos profissionais que exercem cargos na área de Tecnologia da Informação, sendo possível afirmar que 50,1% dos profissionais trabalham há mais de 10 anos na área, tornando as respostas do questionário mais precisas e qualificadas.

3.2 Informações sobre o SPED

Esta segunda etapa do questionário apresenta os resultados encontrados com as questões relacionadas aos motivos e dificuldades na implantação do SPED, a fim de demonstrar o cenário onde foi realizada a pesquisa, salientando que nesta parte do questionário os respondentes podiam escolher mais de uma opção em cada questão.

Inicialmente foram levantados os motivos que levaram a empresa à implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Nesta questão, 24 respondentes disseram que foi para cumprir obrigações da empresa com o fisco; para 10 respondentes foi para agilizar o processo interno da empresa e somente 4 respondentes relataram que o motivo foi para melhorar a comunicação da empresa com o fisco. A análise das respostas permite concluir que, na grande maioria das empresas, o cumprimento das obrigações com o fisco foi o principal e único motivo da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é composto por vários módulos, que são detalhados em Brasil (2007f), sendo que a obrigatoriedade de entrega de cada um destes módulos sofre uma variação de acordo com o tipo de atividade e porte da empresa. Na Figura 1 são apresentados os módulos utilizados pelos respondentes.

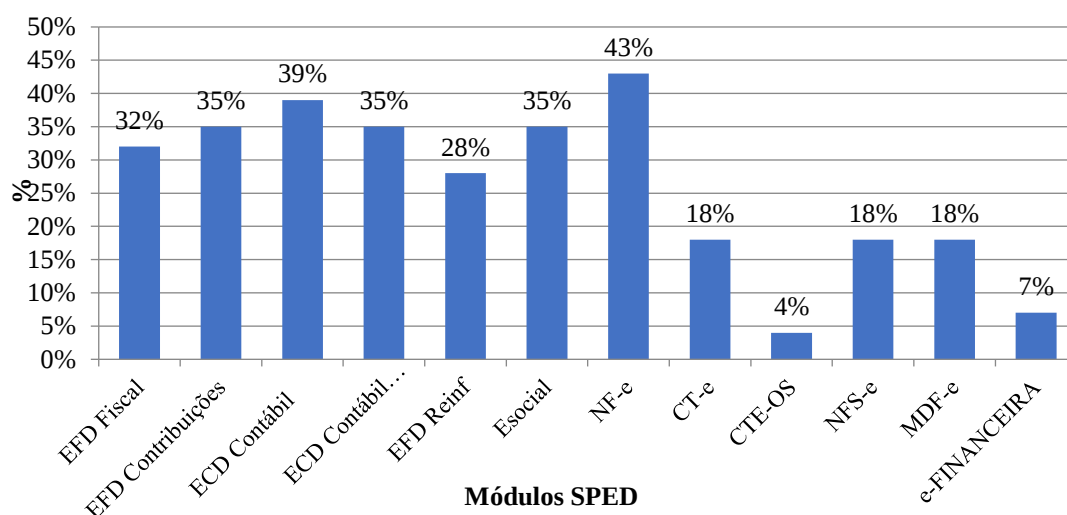


Figura 1 – Módulos SPED utilizados

Fonte: Os autores.

Conforme Brasil (2007f), o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é composto por 12 módulos, o que permite concluir que a pesquisa, atingindo empresas de diferentes portes e atividades econômicas, conseguiu consequentemente abranger todos os módulos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

No que se refere aos responsáveis pela geração e/ou validação dos arquivos do SPED da empresa, as respostas mostraram que em 21,4% das empresas esta responsabilidade é da área de TI, ou seja, nestas empresas a área de TI absorveu uma nova responsabilidade com a implantação do SPED.

De acordo com Brasil (2007b), em função da implantação do SPED as empresas terão benefícios, mas, para obter estes benefícios, experimentam profundas mudanças, uma vez que passam pela criação de uma nova cultura, pela qual necessariamente precisam gerenciar informações e quebrar paradigmas, além de implantar novos processos de gestão. Os custos decorrentes desta nova realidade são elevados para os contribuintes, pois envolvem software adequado, treinamento e contratação de pessoas capacitadas com o objetivo de viabilizar o cumprimento dos prazos estabelecidos pelos órgãos de fiscalização. Neste cenário, visando a levantar informações sobre as dificuldades encontradas na adaptação da equipe de TI, foram feitas duas perguntas. A primeira delas tratava sobre as dificuldades técnicas encontradas na equipe de TI, e as respostas são demonstradas na Figura 2, salientando-se que alguns respondentes assinalaram mais de uma opção.

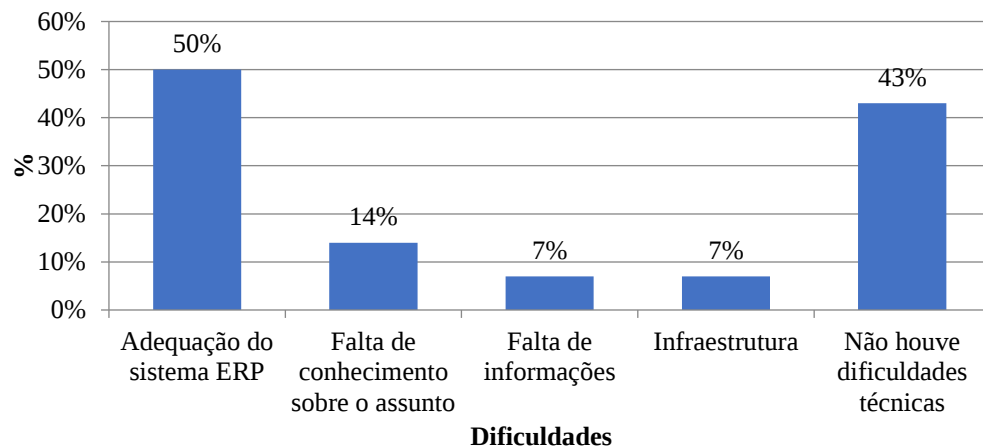


Figura 2 – Dificuldades técnicas na implantação

Fonte: Os autores.

A segunda pergunta tratava sobre as dificuldades culturais encontradas pela equipe de TI. As respostas são demonstradas na Figura 3, salientando-se que alguns respondentes assinalaram mais de uma opção.

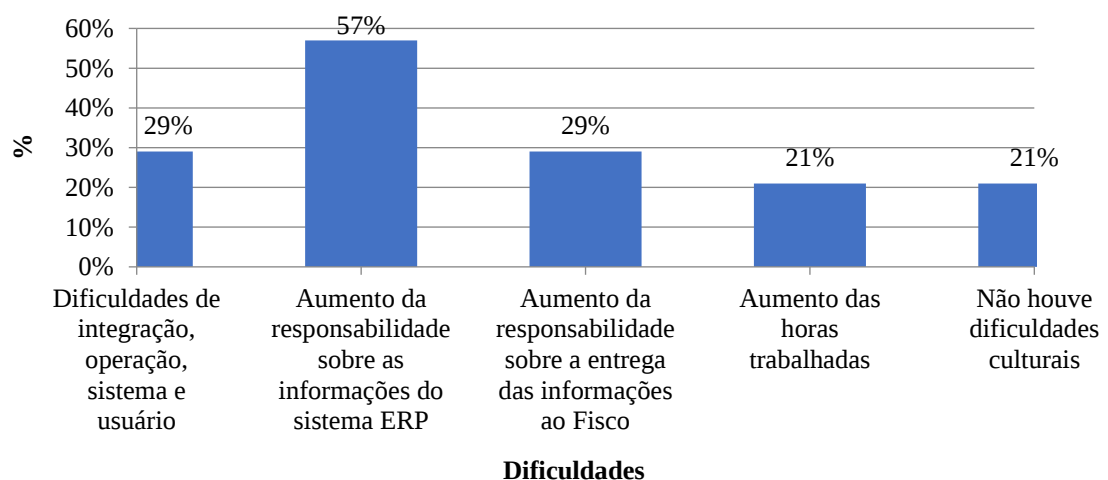


Figura 3 – Dificuldades culturais na implantação

Fonte: Os autores.

As respostas apresentadas na Figura 2 (dificuldades técnicas) e na Figura 3 (dificuldades culturais) indicam que as dificuldades culturais foram maiores que as dificuldades técnicas nas empresas para implantação do SPED; destaca-se o aumento da responsabilidade sobre as informações do sistema ERP como a principal dificuldade cultural. Apesar de um número menor de respostas também podemos destacar a adequação do sistema ERP como a principal dificuldade técnica, ou seja, podemos concluir que, embora exista uma diferença de números

entre dificuldades técnicas e culturais, a maioria das empresas passou por dificuldades técnicas e culturais para a implantação do SPED.

No cenário atual das empresas, com o objetivo de analisar a evolução dos desafios encontrados com as dificuldades técnicas e culturais no SPED, as perguntas sobre as dificuldades técnicas e culturais foram refeitas.

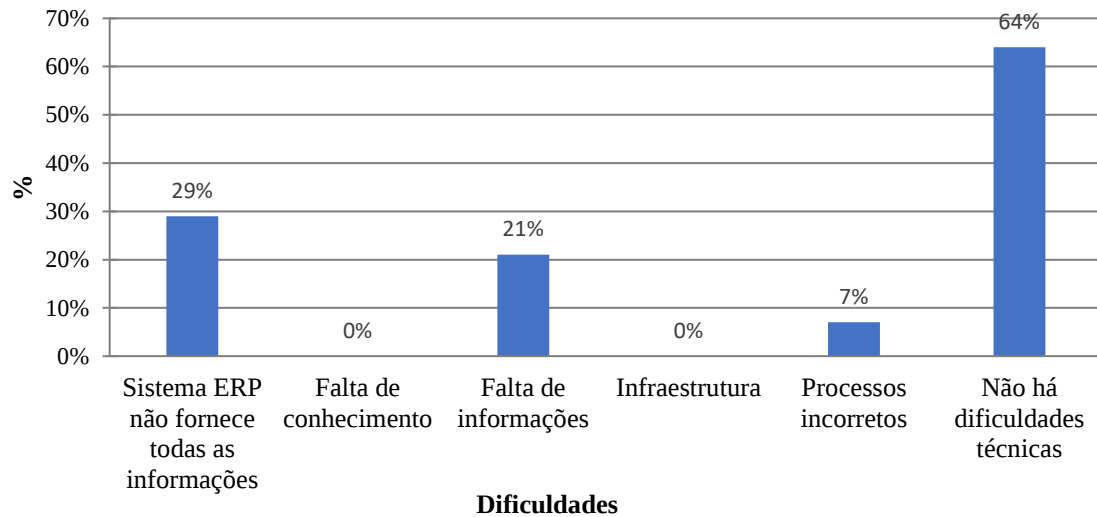


Figura 4 – Dificuldades técnicas atuais

Fonte: Os autores.

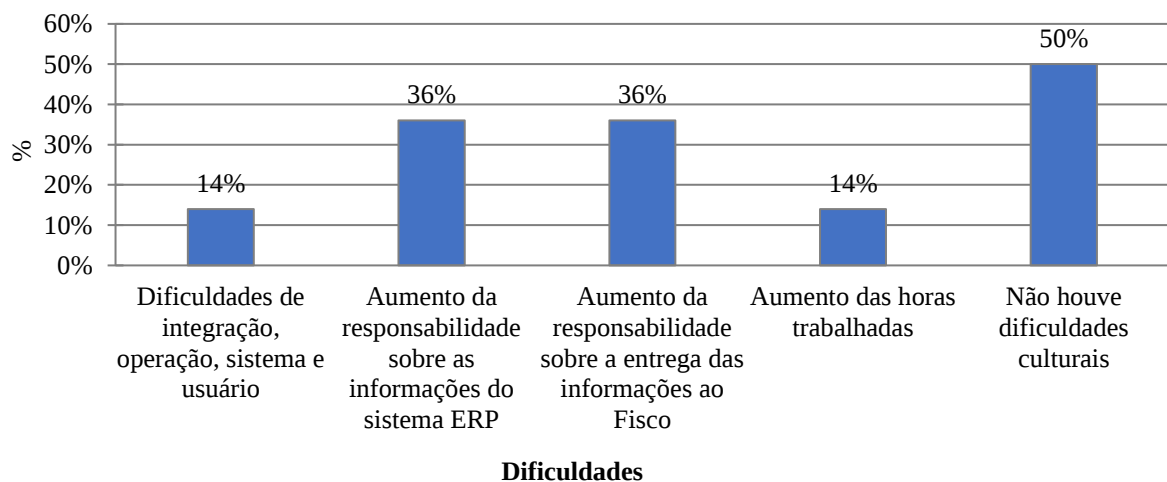


Figura 5 – Dificuldades culturais atuais

Fonte: Os autores.

Com as informações apresentadas nas Figuras 4 e 5, permite-se realizar uma análise comparativa das dificuldades técnicas e culturais atuais com as dificuldades técnicas e culturais por ocasião da implantação do SPED. Pode-se constatar que algumas dificuldades enfrentadas na implantação ainda existem na atualidade, como o sistema ERP não fornecer

todas as informações. Apesar de uma maior experiência da empresa sobre o assunto e da quantidade de empresas que citaram não haver mais dificuldades técnicas, apenas a falta de conhecimento sobre o assunto e a infraestrutura não são mais citadas como dificuldades técnicas.

Em relação às dificuldades culturais, ocorreu um aumento das empresas que citaram não haver mais dificuldades dessa natureza; isto decorre da maior experiência das empresas com o assunto, mas, não obstante, todos os itens citados como dificuldades culturais na implantação ainda ocorrem na atualidade.

3.3 Influências do SPED nas empresas

Na última etapa do levantamento foram abordados aspectos relacionados às influências do SPED nos procedimentos e processos da empresa, salientando-se que nesta parte do questionário os respondentes poderiam assinalar apenas uma opção em cada questão.

Com o objetivo de analisar as influências do SPED sobre a área de TI, foi perguntado se a empresa teve a necessidade de alterar os procedimentos e processos na área de informática, para cumprir as exigências do SPED, sendo que em 18 empresas a resposta foi afirmativa. Percentualmente, significa que em 64,3% das empresas entrevistadas houve impactos na área de TI, segundo a percepção dos entrevistados.

Em relação ao grau de importância da Tecnologia da Informação (TI), todos os respondentes disseram que ocorreu um aumento de importância, pois houve uma maior necessidade de assegurar a disponibilidade e confiabilidade das informações, que são fatores essenciais em qualquer política interna de Tecnologia da Informação. Para corroborar com esta resposta, Batista (2004, p. 39) afirma que “o objetivo de usar os sistemas de informação é a criação de um ambiente empresarial em que as informações sejam confiáveis e possam fluir na estrutura organizacional”, com o objetivo de garantir que os processos internos fluam corretamente, com informações confiáveis e tempo satisfatório.

Com o avanço tecnológico da informatização, existe a necessidade de modernização da relação das empresas com a Tecnologia da Informação. Segundo Gonçalves (1993), a relação entre estrutura organizacional e tecnologia tem sido alvo de grande atenção, uma vez que as recentes inovações trazem mudanças radicais nas organizações. Diante deste cenário de modernização, existe a necessidade de investimentos na área de TI. No caso desta pesquisa, em decorrência da implantação do SPED, 20 empresas disseram que houve aumento nos investimentos, o que representa 71,4% do total, evidenciando que o SPED é um fator de geração de custos adicionais para a empresa. Este custo é justificado pela preocupação quanto à elevação

do risco de penalidades diante da sua complexidade, mas em contrapartida, como ponto positivo, o SPED contribui para a simplificação dos processos junto aos órgãos públicos e melhoria da Tecnologia da Informação.

O SPED possui uma centena de regras e procedimentos e um calendário a ser seguido para que a escrituração seja realizada a termo, no prazo e sem atraso. Por este motivo, a empresa precisa de ferramentas para automatizar e acelerar o processo de organização das informações fiscais e contábeis. Torna-se um desafio para a área de TI manter as ferramentas atualizadas, de forma que as empresas possam atender a todas as exigências do Fisco, pois as regras são muitas, os prazos são outros, mas os recursos que os contribuintes terão à sua disposição nem sempre estão adequados. Neste cenário, 64,3% dos respondentes afirmaram que as ferramentas que a empresa possui conseguem atender integralmente às necessidades e exigências do Fisco e os demais respondentes afirmaram que as ferramentas da empresa conseguem atender parcialmente. Isso permite concluir que, devido à obrigatoriedade e às multas impostas, todas as empresas analisadas procuraram melhorar suas ferramentas de forma a atender às necessidades e exigências de relacionamento com o Fisco, mesmo que de forma parcial, pois, conforme Ferrer e Santos (2004), observa-se que o governo está empenhado em melhorar seus serviços fornecendo, por meio de tecnologia da informação e comunicação, novos sistemas de relacionamento com o contribuinte.

Resta a análise das características do software ERP de gestão corporativa da empresa, no que diz respeito a ser escalável e adaptável às constantes alterações realizadas pela legislação do SPED. Neste ponto, cabe a definição de que um software é escalável quando consegue expandir sua capacidade de uso sem aumentar muito os custos com recursos técnicos ou capital humano. Já em relação ao conceito de adaptável, trata-se da capacidade do software de se adaptar dinamicamente às variações em seu meio de execução. É importante salientar que o software deve apresentar estas características, pois o SPED impôs um aumento considerável no volume de informações armazenadas e processadas pelo software e também pelas constantes alterações realizadas e solicitadas pelo Fisco, tornando desejável que o software seja escalável e adaptável. Todos os respondentes afirmaram possuir um software na empresa que possui estas características, o que corrobora com Gonçalves (1993), que afirma que as recentes inovações trazem mudanças radicais, que implicam a necessidade do software ERP ser escalável e adaptável.

Por fim, foi levantada a concepção da visão do profissional que atua na área de Tecnologia da Informação. O SPED influenciou positivamente os processos que envolvem a gestão da Tecnologia da Informação da empresa para 24 respondentes. Cabe destacar que 4 respondentes

afirmaram que o SPED não influenciou na gestão. Apesar dos desafios enfrentados pelos profissionais da área de TI, nenhum respondente avaliou que o SPED influenciou negativamente a gestão da tecnologia da empresa. Essas evidências permitem concluir que, apesar dos desafios apresentados, o SPED gera mais benefícios à área de TI do que malefícios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que, devido à implantação do SPED, os gestores e os profissionais da área de Tecnologia da Informação tiveram que modificar algumas posturas, entre elas uma mudança em relação à informação que a empresa gera e disponibiliza ao Fisco.

Conclui-se, também, que a qualidade da informação gerada pela empresa se torna cada vez mais essencial, pois ganha maior relevância. Isto ressalta a importância de os processos e os controles estarem adequados em virtude do estreitamento da relação com o Fisco.

A implantação do SPED gerou uma maior movimentação nas empresas, pois essa forma de comunicação entre governo e empresas traz consigo grandes desafios, uma vez que se modificam os processos das organizações. Por conseguinte, os sistemas de informação tiveram que se adequar a essa realidade, em função de a Tecnologia da Informação estar vinculada aos processos organizacionais. Porém, com todos os desafios impostos para implantação e manutenção das rotinas e processos responsáveis para geração do SPED, os gestores de Tecnologia da Informação percebem benefícios e ganhos significantes, com a padronização de processos e uma melhor integração das informações fiscais e contábeis da empresa. Para contribuir com esta conclusão, nenhum respondente afirmou que o SPED influenciou de forma negativa na gestão da tecnologia da empresa.

REFERÊNCIAS

BATISTA, E. O. **Sistema de Informação: o uso consciente da tecnologia**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BAZZOTTI, C.; GARCIA, E. A importância do sistema de informação gerencial na gestão empresarial para a tomada de decisões. **Revista Unioeste**, Paraná, v. 6, n. 11, p.1-18, 2006.

BERALDI, L. C.; ESCRIVÃO FILHO, E. Impacto da tecnologia de informação na gestão de pequenas empresas. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 45-50, jan./abr. 2000.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Introdução sobre o Sistema Público de Escrituração Digital**. 2007a. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Poder Executivo. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964>. Acesso em: 16 maio. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Benefícios do Sistema Público de Escrituração Digital**. 2007b. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Poder Executivo. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/965>. Acesso em: 16 maio. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Histórico do Sistema Público de Escrituração**. 2007c. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Poder Executivo. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/966>. Acesso em: 16 maio. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Objetivos do Sistema Público de Escrituração**. 2007d. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Poder Executivo. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/967>. Acesso em: 16 maio. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Premissas do Sistema Público de Escrituração**. 2007e. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Poder Executivo. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/969>. Acesso em: 16 maio. 2020.

BRASIL. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Universo de atuação do Sistema Público de Escrituração Digital**. 2007f. Brasília, DF: Diário Oficial da União, Poder Executivo. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/970>. Acesso em: 16 maio. 2020.

CHEN, Y. N.; CHEN, H. M.; HUANG, W.; CHING, R. K. H. E-Government Strategies in Developed and Developing Countries: An Implementation Framework and Case Study. **Journal of Global Information Management**. v. 14, n. 1, p. 23-46, jan./mar. 2006.

CIRINO, E. S.; MOTA, I. F. A era do conhecimento e a adoção do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital – Como impacto na contabilidade. **Revista Razão Contábil & Finanças**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-7, jul./dez. 2010.

FERREIRA, L. B.; RAMOS, A. S. M. Tecnologia da Informação: commodity ou ferramenta estratégica?, **JISTEM - Journal of Information Systems and Technology Management (on line)**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 69-79, jan./dez. 2005.

FERRER, F.; SANTOS, P. (Org.). **E-government: o governo eletrônico no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

GIROTTI, M., SPED contábil, o novo paradigma. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Editada pelo CFC, Brasília, v. 37, n. 170, p. 7-11, mar./abr. 2008.

GONÇALVES, J. E. L. Os impactos das novas tecnologias nas empresas prestadoras de serviço. **Revista Administração de Empresas**, v. 34, n. 1, p. 63-81, 1993.

GRAEML, A. R. O valor da tecnologia da informação. In: 1º Simpósio de administração da produção, logística e operações industriais (SIMPOI), 1, São Paulo, 1998. 10p. **Anais...** São Paulo: EAESP-FGV, 1998.

LAUDON, K. C.; LAUDON J. P. **Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital**. 9. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

LAURINDO, F. J. B.; SHIMIZU, T.; CARVALHO, M. M.; RABECHINI JUNIOR, R. O papel da Tecnologia da Informação (TI) na estratégia das organizações. **Revista Gestão & Produção**, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 160-179, ago. 2001.

LUNARDI, G. L.; DOLCI, P. C; MAÇADA, A. C. G. Adoção de tecnologia de informação e seu impacto no desempenho organizacional: um estudo realizado com micro e pequenas empresas, **Revista Administração**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 05-17, jan./fev./mar. 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NEVES JÚNIOR, I. J.; OLIVEIRA, C. M.; CARNEIRO, E. E. Estudo exploratório sobre os benefícios e desafios da implantação e utilização do sistema público de escrituração digital – SPED. In: 8º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, 2011. 17p. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 28 e 29 de jul. 2011. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos112011/default.asp?con=2>. Acesso em: 14 maio. 2020.

MAYER, S. L.; KOZEN, H. L. O impacto que a implantação do projeto SPED vem causando às empresas. **Revista da Faculdade Dom Alberto**, Santa Cruz do Sul, v.13, n. 2, p1-15, 2015.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de informações gerenciais**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
PEREIRA, R. J. A. **O valor estratégico da tecnologia da informação – evidências em empresas no Brasil**. 2016. 55f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração). INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo - SP.

PINTO, J. S.; FIGUEIREDO, D. A.; CRUZ, R. B. L.; BRACHINI, T. V. O.; OLIVEIRA, P. J. Impacto da gestão sistêmica no desenvolvimento de projetos: um estudo em uma *software house*. **Revista Eletrônica Sistemas & Gestão**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 136-145, 2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES FILHO, J.; LUDMER, G., Sistema de informação: Que ciência é essa? **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 155-166, 2005.

SANTOS, K. R; WITT, C. A utilização de ferramentas de tecnologia da informação na prestação de serviços contábeis, **Ágora: Revista de Divulgação Científica**, v. 16, n. 2(a), p. 242-263, 2012.

SANTOS, D. M.; CORNIANI, F.; GONÇALVES, T. S. S. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos profissionais contábeis quanto os benefícios e dificuldades produzidos com a sua implantação. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, v. 1, n. 5, p 1-14, 2013.

SANTOS, W.; OLIVEIRA, W.; CAVALCANTE, Z. Impactos da implementação do SPED para o profissional contábil e gestão empresarial. In: Congresso Científico FAMETRO, Concifa, v. 1, n. 1, 2018. 4p. **Anais...** Manaus: FAMETRO, 06 a 08 de nov. 2018.
SEPÚLVEDA, M.A.T.; VÁSQUEZ, A.V.; GUTIÉRRES, P.G. **Gobierno Electronico em Chile 2000-2005**. Chile: Maval. 2006.

SILVA FILHO, G. M. Sistema público de escrituração digital: benefícios e dificuldades na visão dos operadores de contabilidade do município de João Pessoa. **Revista Mineira de Contabilidade**, Ituiutaba, v. 16, n. 3, p. 50-60, set./dez. 2015.

STEWART, T. A. **Capital intelectual**. 5. ed. Rio Janeiro: Campus, 1998.

TURBAN, E. F.; MACLEAN, E; WETHERBE, J. **Tecnologia da informação para gestão: transformando os negócios na economia digital**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

Pesquisa Autorizada pelo CEP-IFSP, sob registro CAAE: 30866420.0.000.5473